

PASTORAL DA Terra

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2025 | N° 269 | ANO 50 | WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR | [f](#) [g](#) [y](#) [t](#) [@CPTNACIONAL](#)



VIOLÊNCIA

Com aumento no número de casos confirmados em 2025, Cedoc-CPT já registra 22 ocorrências de assassinato no campo **P5**

TRIBUNAL DOS POVOS

Empresas, Estados e sistema financeiro condenados no banco dos réus **P7**

Rodrigo Correia

CRISE CLIMÁTICA

Ressoando os Gritos dos Povos da Terra na COP 30

Povos e comunidades da terra, das águas e das florestas dão o tom ao evento, reafirmando presença, resistência e profecia, com as denúncias das violências do capital no campo e os anúncios do Bem Viver nas comunidades. **P. 8 e 9**

DA REDAÇÃO

EDITORIAL

Povos juntos na luta pelo território

“ Que bonito é ver povos indígenas e camponeses, juntos/as na luta pelo território”

— Alessandra Munduruku

A CPT, serviço da Igreja ligado à CNBB junto aos povos da terra, das águas e das florestas no território brasileiro, surgida numa realidade de negação dos direitos de trabalhadores/as do campo, especialmente na Amazônia e no Nordeste, completou 50 anos de existência neste ano de 2025, sendo presença efetiva e afetiva, anunciando as bonanças e os frutos da terra,

e denunciando as violências cometidas contra quem defende a natureza e a vida no campo.

O marco da celebração do nosso ano jubilar foi a realização do V Congresso Nacional, quando abrimos os ouvidos e o coração para escuta ativa e construção dos rumos que a Pastoral irá seguir, na fidelidade ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, sendo Presença, Resistência e Profecia. No ano também marcado pela COP 30, queremos continuar ecoando o Canto e o Rito das comunidades camponesas,

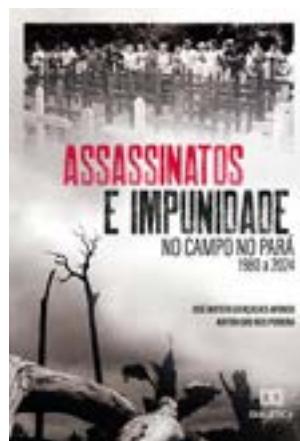
indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de tantos povos que mostram a luz nas escravidões das conjunturas, com os tecimentos de suas teias e redes. Rompendo cercas e sendo resistências vivas, trazem respostas para a crise climática a partir de suas ancestralidades, do Bem Viver, no cuidado com a Mãe Terra, a Água e as Florestas, a “Nossa Casa Comum”.

Lutamos contra o silenciamento dos gritos de dor e revolta de quinhentos anos de genocídios, colonização material e espiritual, escravidão, grilagem e expropriação dos territórios,

latifúndio e marginalização, gritos presentes em diversos momentos deste jornal, seja no Tribunal dos Povos contra o Genocídio, no Encontro do Coletivo de Mulheres da CPT ou nas experiências das comunidades atingidas pelas eólicas.

Queremos continuar ouvindo os toques dos tambores vindos das comunidades, dos povos, das mulheres, dos jovens, dos homens e das diversidades da terra, das águas e das florestas, para juntos e juntas “Rompermos as Cercas que nos privam de amar, de viver e Tecermos as Teias das resistências”.

PUBLICAÇÕES



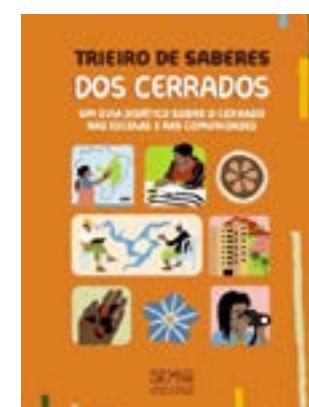
Divulgação

Assassinatos e Impunidade no Campo no Pará: 1980-2024

Esta obra de 800 páginas foi escrita pelo advogado da CPT em Marabá/PA, José Bata Gonçalves Afonso, e pelo professor e historiador Airton

dos Reis Pereira, a partir de arquivos reunidos desde o fim dos anos 1970. O livro detalha os 1.003 assassinatos no campo paraense registrados nos últimos 45 anos, dos quais a maior parte nunca teve inquérito concluído. Apenas 61 chegaram a julgamento, 30 deles com a denúncia de mandantes (sendo a metade absolvidos), e 42 pistoleiros condenados como executores. O livro está distribuído entre camponeses e indígenas; lideranças rurais; chacinas e massacres; e peões mortos em conflitos trabalhistas ou em situações de escravidão contemporânea.

Disponível para compra no site da Editora Dialética ou através do leitor digital Kindle.



Divulgação

Trieiro de Saberes dos Cerrados

Berço das águas, guarda-dião da biodiversidade e teia viva de culturas milenares, os Cerrados sofrem com o desmatamento, o fogo, a exploração sem cuidado do solo e as barragens que contaminam os rios. Mesmo assim, o bioma

resiste, e com ele os povos e comunidades tradicionais que o habitam e o protegem. Este guia, publicado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, é um chamado à ação e à esperança, dirigido a professores(as), educadores(as) populares, comunidades urbanas e rurais, para percorrer “trieiros”, caminhos de cuidado, respeito e compromisso com a terra, as florestas e as águas. Cada atividade proposta é como uma parada no caminho, para inspirar, pensar, sentir e agir na defesa dos Cerrados, de seus povos e de sua sociobiodiversidade.

Baixe a publicação gratuitamente no site: campanhacerrado.org.br.



PASTORAL DA Terra

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Silvio Guterres

Coordenadores Nacionais
Carlos Lima
Cecília Gomes
Maria Petronila Neto
Ronilson Costa

Redação
Carlos Henrique Silva (5197/PE)
Everton Antunes
Heloisa Sousa (4499/GO)
Julia Barbosa (4505/GO)
Rede de Comunicadores/as da CPT

Jornalista responsável
Carlos Henrique Silva (5197/PE)

Impressão
Flex Gráfica

Diagramação
Refile Editorial - Vinícius Pontes
www.refileeditorial.com

Assinaturas
Anual R\$ 30,00 Solidária R\$ 50,00
Dados para depósito ou transferência:
Caixa Econômica Federal
Agência 2234
Conta 578974105-0
CNPJ 02.375.913/0001-18
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741
050C 1
SWIFT CEFXBRSP
Pix 02.375.913/0001-18
Contato:
sustentabilidade@cptnacional.org.br

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
2.500 exemplares

Apoio



FIQUE INFORMADO/A

MT recebe XI Festa da Troca de Sementes Crioulas



Comunicação CPT-MT

O evento reuniu mais de 150 variedades de sementes e mudas

Sob o tema “Semente: fonte de vida e soberania” e o lema “Plantar, Cuidar e Produzir em Defesa da Casa Comum”, a Comissão Pastoral da Terra (CPT-MT) – e demais parceiros – realizou a XI Festa da Troca de Sementes Crioulas no dia 27 de setembro de 2025, na comunidade São Manoel do Pari, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento (MT).

Aproximadamente 300 pessoas compareceram à festa, advindas das comunidades locais que vivem na região de Morraria – as denominadas comunidades ‘morroquianas’. Além disso, representantes de outras comunidades acompanhadas pela CPT-MT, graduandos do curso de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), representantes da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional),

do MST, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS), bem como outras entidades parceiras, também estiveram presentes.

Ao todo, mais de 70 pessoas e três organizações cadastraram sementes e mudas, o que representa cerca de 32 comunidades – distribuídas em 13 municípios do estado – e um total de 159 variedades de mudas e sementes.

“A união presente nesta comunidade é fruto da solidariedade que historicamente nos fortalece. Tudo que colhemos desta terra, produzimos e vendemos, atende as nossas necessidades pessoais, da família e da comunidade”, enfatizou Miguelina, moradora da comunidade São Manoel do Pari.

Fonte: Comunicação CPT-MT

Papa recebe representantes do MST e de outras organizações sociais

O Papa Leão 14 recebeu, no dia 23 de outubro, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de mais 130 organizações durante a quinta edição do Encontro Mundial de Movimentos Populares, realizado no Vaticano. Em primeira audiência com o MST, o pontífice destacou que “a terra, o teto e o trabalho são direitos sagrados pelos quais vale a pena lutar”.

O encontro, que reforça o diálogo entre a Igreja Católica e os movimentos, antecedeu o Jubileu dos Movimentos Populares, ocorrido nos dias 25 e 26 de outubro. A iniciativa dá continuidade ao processo iniciado pelo Papa Francisco em 2014, quando o Vaticano passou a fortalecer seus laços com organizações que lutam por



Divulgação/MST

O pontífice classificou o acesso à terra como “direito sagrado”

direitos humanos, justiça social e sustentabilidade.

O MST foi representado pela dirigente Ayala Ferreira, que entregou ao papa uma imagem de Ossanha – feita com as miçangas do candomblé por Wilton Gurgel, oficineiro do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB).

Além do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra, o Brasil também foi representado por outras organizações populares, a exemplo do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) e o CENARAB (Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira).

Fonte: Brasil de Fato

MST celebra os 40 anos de ocupação da Fazenda Annoni

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) celebrou os 40 anos da histórica ocupação da Fazenda Annoni entre os dias 24 e 25 de outubro, no Assentamento 16 de Março, localizado em Pontão, região norte do Rio Grande do Sul. O evento também contou com a Feira Estadual da Reforma Agrária Popular – MST 40 anos e a Conferência Estadual da Reforma Agrária Popular: Memória, Luta e Desafios Atuais.

A ocupação da Fazenda

Annoni, ocorrida na noite de 29 de outubro de 1985, é amplamente reconhecida como um marco histórico na luta pela terra no RS e na fundação do MST. A ação foi precedida por um longo preparo de dois anos, com logística meticulosamente organizada.

Há quatro décadas, naquela noite de lua cheia, mais de 200 caminhões, ônibus e carros partiram de 32 municípios do estado para ocupar o grande latifúndio, que era majoritariamente improduti-

vo. Cerca de 7.500 pessoas participaram do que foi, até então, a maior e mais bem planejada ocupação de terras na história do Brasil.

A luta organizada resultou no assentamento de 1.250 famílias. O período de resistência se estendeu por oito anos, durante os quais os acampados realizaram 36 ocupações de terra, nove greves de fome e marcharam por 27 dias (450 km) até Porto Alegre, a fim de visibilizar a luta.

Fonte: Brasil de Fato

AMAZÔNIA

COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

'Desenvolvimento': o percalço para os modos de vida na Foz do Amazonas

Na COP30, discurso de Lula convidou ao fim dos combustíveis fósseis, mas prática segue sendo de ameaça aos territórios tradicionais do Amapá, sob pretexto de falsas promessas de desenvolvimento para o estado.

Everton Antunes
everton@cptnacional.org.br

Durante a abertura da 30ª edição da Conferência das Partes (COP30) – sediada entre 10 e 21 de novembro, em Belém (PA) –, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a necessidade de superação da “dependência dos combustíveis fósseis”. No entanto, a 21 dias da COP, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), emitiu uma licença que autoriza a exploração do petróleo na bacia da Foz do Amazonas – especificamente, o Bloco 59, no litoral do Amapá –, “de interesse da Petrobrás, para pesquisa de recurso petrolífero”, segundo atesta a assessoria de comunicação do Ibama.

Por outro lado, em fevereiro de 2025, 29 técnicos do Ibama firmaram Parecer Técnico contrário ao empreendimento. Os signatários, conforme relata o documento, destacaram que o vazamento de petróleo na região representaria uma “perda maciça, tendo em vista a expressiva diversidade da vida marinha e a

alta sensibilidade ambiental dos ecossistemas que viriam a ser impactados”.

Já na reta final da Conferência do Clima, “a temática da transição energética a partir da redução gradual dos combustíveis fósseis ficou longe do debate central pelos tomadores de decisões”, é o que ressalta Nelson Bastos, pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA) que investiga os danos ao território de pesca a partir da exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

Postas as contradições entre o discurso e a prática do atual Governo, organizações, movimentos sociais e comunidades de pescadores artesanais fazem frente à exploração petrolífera. Esse empreendimento significa, para ribeirinhos e povos originários da região, uma ameaça aos territórios e à própria subsistência.

Do chão dos territórios

“Eu não acredito que esse processo de exploração do petróleo traria algum desenvolvimento. Infelizmente, fazem



Protestos pelo fim da exploração petrolífera nas ruas de Belém (PA)

esses rodeios todos, mas, quem já ouviu declarações de pessoas que já passaram por isso, sabe que não houve nenhum retorno para a comunidade”, é o que expressa Delaine Rocha, presidente da colônia de pescadores Z-05, do Arquipélago do Bailique, a pouco mais de cem quilômetros de Macapá (AP).

De acordo com ela, muitos pescadores artesanais são seduzidos por falsas promessas de desenvolvimento, a exemplo de melhorias para a saúde, economia, e educação do estado. “Eles falam muitas coisas para que a população acredite e acabe nesse rodeio todo que eles fazem”, relata a pescadora.

Como contrapartida, Delaine afirma que diversas são as tentativas de alertar as comunidades de ribeirinhos e ribeirinhas, que retiram dos rios e, até

mesmo, em alto mar, a própria fonte de sustento. “Já fizemos algumas reuniões, inclusive falamos, várias vezes, sobre a exploração de petróleo, para tentar conscientizar as pessoas”.

A moradora do arquipélago também observa que os impactos à natureza já podem ser observados. “Onde há exploração [de petróleo], os peixes se afastam logo que começam a usar sondas e acontece a passagem de navios ‘pra lá e pra cá’. Isso compromete o habitat natural dos peixes”, explica.

Contradições

Na visão de Carlos Augusto Pantoja, engenheiro florestal e assessor da CPT no Marajó, esse descompasso entre o discurso e a ação, a respeito da temática dos combustíveis fósseis, sinaliza que os interesses privados

têm mais relevância aos olhos do Estado.

A esse cenário se soma “o [falso] progresso ventilado pelas empresas apoiadoras da petrolização do estuário amazônico”, além dos “sobrenomes de políticos famosos do Amapá, que são ligados ao ramo da venda de combustíveis e querem aumentar, ainda mais, o próprio poderio”, segundo destaca Pantoja.

Por fim, a partir do desfecho da COP, Bastos adverte que o futuro não aparenta ser promissor, caso não haja esforços para a superação dos combustíveis fósseis. “O documento final [da COP30] não apontou avanços significativos e a ONU [Organização das Nações Unidas] vem perdendo, a cada edição [da Conferência], sua legitimidade perante os países ricos, que impõem suas vontades”.

CONFLITOS NO CAMPO

VIOLÊNCIA

Cedoc-CPT já registra 22 ocorrências de assassinatos no campo em 2025

Indígenas e sem terra são as principais vítimas e maioria das mortes foi na Amazônia, região que concentra 66,8% dos assassinatos no campo no País nos últimos 40 anos

Heloisa Sousa

heloisa@cptnacional.org.br

Mais um ano se encerra e a violência no campo continua fazendo vítimas. Em 2025, até o mês de novembro, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (Cedoc-CPT) registrou 22 assassinatos, número que representa um aumento em relação ao ano anterior, que teve 13 ocorrências no ano.

Do total de mortes, 6 foram decorrentes de massacres, sendo 3 no Pará e 3 em Rondônia. Outros estados onde foram registrados assassinatos são Amazonas, Bahia, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

Indígenas e sem terra foram as principais vítimas, com 7 vidas tiradas em cada categoria. Em seguida, posseiros, com 4 vítimas. Dos 22 assassinatos, 16 foram causados por fazendeiros. Além disso, 4 das vítimas foram identificadas como lideranças.

“Para a CPT, já era previsto que os números de assassinatos poderiam ser mais altos

em 2025, haja vista que das 1.528 ocorrências de violência contra a pessoa registradas em 2024, 18% foram de ameaças de mortes, 15% de intimações e 7% tentativas de assassinatos”, explica Maria Petronila Neto, coordenadora nacional da CPT.

Segundo a coordenadora, muitas das vítimas que perdem suas vidas em contexto de conflitos agrários já foram ameaçadas anteriormente, sofrendo outros tipos de violência. “O Estado já era sabedor dessas violências. Sem dizer ainda que alguns desses assassinatos são feitos pelo próprio Estado, através de seus aparatos de segurança pública. O Estado brasileiro também precisa ser responsabilizado”, completa.

De acordo com a publicação “Atlas de Conflitos no Campo Brasileiro”, lançada em julho, que faz um mapeamento ampliado dos conflitos no campo brasileiro entre 1985 – ano em que o relatório de conflitos no campo da CPT passou a ser publicado – e 2023, 2.008 ocorrências de assassinatos foram

registradas. Dentre os estados, o Pará se destaca com 612 assassinatos, seguido do Maranhão (201), Rondônia (178), Mato Grosso (152) e Bahia (147).

Violência contra a pessoa

Dos quatro tipos de violência contra a pessoas analisados pelo Atlas, 43,8% foram de ameaças de morte, 30% foram prisões, 13,7% assassinatos e 12,5% tentativas de assassinato. Ao todo, 14.681 ocorrências de violência contra pessoa foram contabilizadas pela publicação, entre 1985 e 2023.

Os principais grupos sociais vítimas dessas violências foram os sem terra com 17.410 ocorrências, seguidos pelos posseiros, com 8.084 e trabalhadores rurais, 5.504. Povos e comunidades tradicionais correspondem a 23,4%, sendo indígenas, 4.850 e outros povos e comunidades tradicionais, 3.795, e quilombolas, 2.801. Assentados e pequenos proprietários têm menor participação, respectivamente 2.517 e 987.

Quando considerados os causadores, destacam-se os fazendeiros, responsáveis por 51,7% de todas as ocorrências, seguidos do Estado, causador de 16,4% das ocorrências. A seguir, aparecem os empresários, com 13%, grileiros, com

10,2%, mineradoras, com 1,9% e um conjunto de outros agentes, que somam 6,8% das ocorrências.

Atlas dos Conflitos

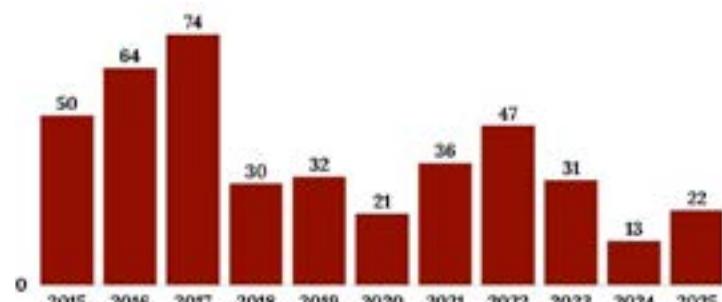
A publicação *Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro* é resultado de uma construção conjunta do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (Lemto) da Universidade Federal Fluminense (UFF), com a contribuição de diversos pesquisadores do Brasil em parceria com a CPT. O trabalho teve como base o registro contínuo de dados pelo Cedoc-CPT.

Luiz Jardim Wanderley, professor do Departamento de Geografia da UFF e um

dos organizadores do projeto, conta que o período de 2018 a 2024 foi marcado pelo temor dos povos do campo frente ao discurso pró-agronegócio e garimpo, antindigenista, antiambientalista e de licença para matar dada aos latifúndios pela extrema-direita, tanto a nível federal como estadual e municipal.

“De um modo geral, temos um aumento da violência no campo nos últimos tempos, mas que não veio associada ao assassinato, sobretudo por parte do governo Bolsonaro. Há um aumento no período pré-golpe contra Dilma e depois é como se houvesse uma legitimação dos assassinatos por parte dessa burocracia que vai se formando, esse discurso de ódio contra os movimentos”, explica Luiz Jardim sobre o panorama no número de assassinatos no campo na última década.

ASSASSINATOS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS



C E R R A D O

CRISE SOCIOAMBIENTAL

“Onde corria a água, agora grita a terra”

As águas do Cerrado insurgem à ganância do capital e banham de vida e esperança a resistência popular por sua preservação

Júlia Barbosa
julia@cptnacional.org.br

Conhecido como o Berço das Águas, o Cerrado é a multiplicação, “as infinitas diferenças”, como escreve o poeta cerradeiro Pedro Tierra. Em meio a sanha de destruição do agro-hidro-minero-negócio, “o Cerrado sabe seus atalhos...”, garante o poema. Suas raízes profundas se banham das águas das chuvas e percorrem caminhos subterrâneos, formando uma floresta invertida, que armazena as águas e distribui para milhões de nascentes pelo Brasil, garantindo a segurança hídrica do povo brasileiro.

Mesmo com a resiliência de um bioma que renasce do fogo, toda essa riqueza está ameaçada. O Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro, lançado este ano pela CPT, revela que, entre 1985 e 2023, o bioma concentrou quase 18 mil conflitos por terra e água, com crescimento nos últimos anos. Esse cenário, fruto dos projetos de morte do capitalismo no campo, ameaça um aprofundamento irreversível do Ecocídio em curso do Cerrado e, assim, o Genocídio de seus povos.

Contra o Ecogenocídio, a resistência dos povos cerradeiros

A morte das águas representa não apenas o ecogenocídio do Cerrado e seus povos, mas também o epistemicídio - a destruição e o aniquilamento dos saberes, dos sagrados e das culturas enraizadas na relação com a terra e as águas. O mapeamento ‘A morte das águas no oeste da Bahia’, realizado ao longo de 2023 e 2024 pelas comunidades, junto à CPT Bahia e parceiros, identificou que, nas sub-bacias hidrográficas dos rios Corrente e Cariñhanha, 3.050 trechos de águas já estão secos, entre córregos, riachos, nascentes e cabeceiras de rios, num total de 7.120 km de extensão de águas mortas, além de diversos trechos em estado crítico. “É possível caminhar pelo fundo dos rios que morreram”, lamentou uma camponesa impactada.

“Cuidar do Cerrado, recuperar e preservar as nascentes!”

Desde 2006, a CPT Mato Grosso junto às comunidades e diversos parceiros vem dando continuidade ao trabalho de proteção e recuperação de nascentes. Neste semestre, foram realizados mutirões na Comunidade Poço Azul, município de Po-



Povos tradicionais e originários saúdam as águas do Cerrado. Teia dos Povos (MA, 2024).

xoréu/MT, com a contribuição da Articulação CPTs Cerrado e demais parceiros. “Já é a terceira nascente recuperada na nossa região e isso é muito importante, porque as minas de água estão secando e escassas, então a gente precisa preservar não só para nós, mas para nossos filhos, para terem uma água de qualidade, e para a toda a população”, relatou Zacarias José, agricultor que vive na Comunidade Poço Azul.

Já são em torno de 200 nascentes protegidas na região. A comunidade não só protegeu e recuperou nascentes, mas foi cercando com árvores nativas toda a margem de cada uma delas. “O que mantém a água aqui é o Cerrado, que tem raízes bem profundas. Se tem nascente, tem o rio. Então essa é a importância de proteger as nascentes. E o

que faz a força para isso é o mutirão, é a gente junto”, explicou Baltazar Ferreira, agente pastoral da CPT MT, durante o último mutirão, no final de novembro.

Já no Piauí, nas comunidades acompanhadas pela CPT PI, a degradação do Cerrado tem sido percebida de forma crescente, afirma Salvador Barbosa, agente pastoral e moradora da Comunidade Várzea Grande (PI), que atua na região: “O desmatamento, o avanço do agronegócio com uso intensivo de agrotóxicos e expansão das monoculturas têm afetado diretamente o equilíbrio ambiental e o ciclo das águas”, denunciou. Segundo ela, hoje, o processo de recuperação de nascentes continua com ações de reflorestamento, troca de saberes e fortalecimento da organização local.

Caminhar para que as águas corram

No próximo ano, será realizada a Romaria da Terra e das Águas do Cerrado e do Pantanal, entre os dias 4 e 6 de junho de 2026, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Com o tema “No Cerrado e Pantanal correm os segredos sagrados das águas”, irá ecoar os gritos e os cantos dos biomas, denunciando as violências, anunciando as resistências e as lutas históricas dos povos indígenas, tradicionais e comunidades camponesas que vivem e defendem seus territórios e suas águas.

*A frase que intitula a matéria foi proferida por camponesa no V Congresso Nacional da CPT, julho/2025.

COP DO POVO

TRIBUNAL

Povos e Comunidades condenam empresas e Estados no banco dos réus

Julgamento aconteceu na sede do Ministério Público Federal (MPF) em Belém (PA), integrando a programação da COP do Povo, movimento autônomo de organizações de base pelo clima que aconteceu em paralelo à conferência COP 30

Carlos Henrique Silva

comunicacao@cptnacional.org.br

Cercado de espiritualidade, clamor por justiça e muito afeto e acolhimento, o Tribunal Autônomo e Permanente dos Povos contra o Ecogenocídio reuniu, nos dias 13 e 14 de novembro na sede do Ministério Público Federal (MPF) em Belém (PA), lideranças populares, movimentos sociais e defensores ambientais do Brasil e de outros seis países para denunciar as múltiplas formas de violência, destruição e injustiça ambiental que atingem os territórios.

A abertura do Tribunal contou com uma ritualística conduzida por diversas autoridades religiosas dos povos de terreiro e comunidades indígenas, como uma forma de promover cobertura espiritual às pessoas denunciadas. Por dois dias, o MPF se aquilombou, ou seja, foi ocupado e transformado num espaço de resistência e afirmação dos povos e das comunidades, repleto de cheiros, sons e ritmos da floresta, com a inspiração da

ancestralidade.

“Para mim, esse é o ápice de um sonho de muitos anos, de tornar essa casa verdadeiramente uma casa do povo. Com certeza, este estado e este país seria muito pior se não fosse a resistência de vocês. A proteção é espiritual e também no corpo”, afirmou o procurador-chefe do MPF no Pará, Felipe de Moura Palha.

Ao todo, foram selecionados 21 casos entre dezenas de denúncias recebidas ao longo do último ano. São denúncias ligadas a assassinatos de defensores ambientais, trabalho escravo, impactos de mineradoras e projetos de crédito de carbono em territórios tradicionais no Brasil, Bangladesh, Bolívia, Chile, Colômbia, Guiné-Bissau e Palestina.

Alguns casos vêm de comunidades acompanhadas pela CPT, como a situação de violência sofrida nos últimos cinco anos por 90 famílias do Seringal Belmont, na zona rural de Porto Velho/RO e o caso do assassinato de Fernando dos San-



Rodrigo Correia

Os resultados do Tribunal foram encaminhados a relatores especiais da ONU e outras instituições

tos Araújo, única testemunha do Massacre de Pau D’Arco/PA, até hoje sem punição aos executores e mandantes do crime.

“Aqui a gente percebe que o problema dos povos indígenas também é o mesmo dos quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e somente nos unindo temos força para enfrentar essa destruição, seja aqui no Tapajós ou na hidrelétrica binacional Brasil-Bolívia”, afirmou um representante das comunidades no entorno do Pedral do Lourenço, formação natural rochosa no Rio Tocantins ameaçada de destruição para as obras da Hidrovia Tocantins-Araguaia.

Outros conflitos foram apresentados no transcorrer do Tribunal, como a injustiça contra as famílias de trabalhadores

rurais acampadas na área da Fazenda Mutamba, em Marabá/PA, que mesmo após terem sofrido ataques e o assassinato de dois trabalhadores em outubro de 2024, ainda lutam contra decisões judiciais de reintegração de posse, mesmo com fortes indícios de se tratar de uma terra pública e passível de destinação para reforma agrária.

“Quando se mata um defensor da natureza, se mata um sonho coletivo. O Tribunal é por todos os que não puderam se defender e foram silenciados, e é pelas pessoas e comunidades ameaçadas. Os casos internacionais também fazem ligações com casos aqui do Brasil”, afirmou Claudelice Santos, coordenadora do Instituto Zé Cláudio e Maria.

As sentenças foram elaboradas coletivamente por um grupo de 11 juízes populares, formados por lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas e advogados populares. Mais de 800 empresas foram denunciadas e acusadas, dentre elas Cargill, Bunge, Amaggi, JBS, Enel, Norte Energia, Minerva e Louis Dreyfus, e instituições financeiras como BNDES, Banco Mundial, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e JPMorgan Chase.

Os crimes incluem a destruição de ambientes naturais sagrados, a contaminação da terra, água, ar e saúde das populações, pela ausência de consulta livre, prévia e informada nos empreendimentos.

CRISE CLIMÁTICA

Ressoando os Gritos dos Povos

CPT e Pastoriais do Campo marcam presença junto às comunidades tradicionais na primeira Conferência do Clima realizada na Amazônia

Carlos Henrique Silva

Com colaboração de Cláudia Pereira*
(Articulação das Pastoriais do Campo)
comunicacao@cptnacional.org.br

O calor úmido e a chuva diária das tardes de Belém foram presenças marcantes na primeira Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas realizada na Amazônia, entre os dias 10 e 21 de novembro. A COP 30 parecia querer estar bem sintonizada com a urgência de medidas para frear o avanço das consequências da crise climática, ocasionada na maior medida pelas nações do Norte Global, por sinal as mais influentes dentro do jogo das decisões e influências.

A cidade recebeu de braços e corações abertos uma multidão de visitantes, muitos sem entender direito o que tudo significava, mas com certo deslumbramento de ver tanta gente, de tantas línguas e culturas. Contudo, a atração popular pela Conferência não se refletiu em espaços de fala para os povos mais impactados com uma crise que avança a passos largos de um caminho sem volta.

Como prova de resistência,

as comunidades e movimentos se articularam e fizeram acontecer movimentos de debates, encontros e fortalecimento da visão da natureza enquanto cuidado e não mercadoria. COP do Povo, Cúpula dos Povos, COP das Baixadas, Aldeia COP e Tapiri Ecumênico foram alguns destes espaços espalhados na cidade, que demonstram que tudo está interligado: justiça climática também é combate à desigualdade e à violência no campo, e também é promoção de acesso à água e produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Somente na Casa da COP do Povo, foram realizadas 172 atividades nos dias da conferência, com a participação de mais de 20 mil pessoas, em dados ainda parciais.

A mobilização das pastoriais e organismos sociais, especialmente do campo, foi visível e audível na COP 30. Essa presença reforça o papel profético e de articulação na luta global pela justiça socioambiental, ancorada na realidade e nas demandas concretas dos povos do campo, da cidade, das florestas e das águas. Para além das manifestações durante a COP 30, as pasto-



Rodrigo Correia

Em cada manifestação, a denúncia das falsas soluções de transição energética e a exploração dos territórios e recursos naturais sem consulta prévia às comunidades

rais, organismos, movimentos e campanhas, de mãos dadas, apresentaram críticas contundentes às chamadas “falsas soluções” de mercado. O alerta central é que a floresta, a água, a terra e os minérios não podem ser tratados como mera mercadoria. A crise climática exige uma mudança estrutural que respeite os limites ecossistêmicos.

“Em meio a todas estas articulações, o papel da CPT é de estar junto do povo e dos movimentos, ajudando, sustentando essas lutas e as organizações do campesinato, da agricultura familiar, dos povos e das comunidades tradicionais, mostrando que não existe justiça climática sem a participação popular e a reforma agrária”

— Cecília Gomes, da Coordenação Nacional da CPT

Em cada fala e manifestação, os gritos sempre apontavam para denunciar as falsas soluções de transição energética, que se mantêm na mesma linha de exploração dos territórios e recursos naturais, sem consulta prévia às comunidades, com contratos abusivos e impactos ambientais severos nas pessoas, animais e plantas. E a crise climáti-

Povos da Terra na COP 30

ca, então, é consequência de uma verdadeira guerra contra a vida.

Manifestações nas ruas, nos rios e nas portas da COP

Em um bioma onde os rios são fundamentais para alimentação, transporte, trabalho, saúde e toda a vida das populações, eles também foram caminhos de deslocamento e espaços de protesto contra a especulação empresarial e governamental das hidrelétricas, hidrovias, exploração de petróleo, mineração, garimpo ilegal e tantos outros empreendimentos danosos.

— Liderança indígena Alessandra Munduruku

Na Zona Verde, enquanto empresários, prefeitos e governadores debatiam do lado de dentro a ilusão dos grandes empreendimentos com responsabilidade social e ambiental, e as grandes corporações iludiam o público presente com jogos interativos e realidade virtual para conhecer usinas hidrelétricas e carros com bateria de lítio, indígenas Munduruku convidados para uma participação no espaço do Ministério Público Federal (MPF) eram barrados na entrada por usarem arcos e flechas, somente conseguindo ter acesso ao espaço após deixarem de lado os instrumentos ancestrais que são parte do seu viver.

Logo cedo na manhã seguinte (quinta-feira, 14), o povo Munduruku realizou um ato pacífico na entrada da Zona Azul, principal espa-

ço de discussões e decisões, para reivindicar um diálogo com o presidente Lula, diante do decreto 12.600/2025, que instituiu o Plano Nacional de Hidrovias e incluiu os Rios Tapajós, Madeira e Tocantins, como eixos prioritários para navegação de cargas. A medida facilita as dragagens, a explosão de pedrais sagrados e a expansão acelerada de portos privados.

O bloqueio surtiu efeito: o povo indígena foi recebido para uma audiência com a presidência da COP e as ministras dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente, além da assinatura da Portaria Declaratória para demarcação de 10 Terras Indígenas em todo o país, incluindo a sua TI Sawre Ba'pim.

Um encontro de águas, espiritualidades e causas

Na Marcha Global pelo Clima, momento de maior mobilização entre os dias da COP, estimou-se a presença de mais de 70 mil pessoas nas ruas de Belém, numa verdadeira confluência de águas e espiritualidades. Povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas, pescadores e pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras urbanas, juventude, movimentos de

mulheres, população LGBT-QIAPN+, sindicatos, moradores das periferias e lutadores e lutadoras de todos os biomas.

Mesmo sem ter sido ouvido na Carta Final da Conferência, o recado foi dado, de que não há redução do aquecimento do planeta sem a presença dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

Os povos se reconhecem nas redes e resistências

O encontro de povos tradicionais brasileiros, dos países andinos, africanos e dos territórios palestinos contribuiu para o entendimento de que os conflitos e os confrontamentos são globais, porque o capital também circula globalmente. Mesmo mudando de endereço, “a sabedoria ancestral dos povos originários, a criatividade dos territórios e a força espiritual que orienta as lutas aparecem como fundamentos de soluções reais e enraizadas”, afirma um trecho da Carta da Cúpula dos Povos, apresentada ao final do evento.

No Tapiri Ecumênico e Inter-Religioso, a presença de diversas comunidades de fé, lideranças tradicionais e organizações sociais dialogando e reivindicando por soluções em defesa da vida na Amazônia e no planeta, também demonstrou que a espiritualidade não está separada da incidência pública.

PARTICIPAÇÃO DA CPT E ARTICULAÇÕES PARCEIRAS DURANTE A COP 30

CPT

- Roda de Conversa sobre Trabalho Escravo e Mudanças Climáticas
- Exposição Presença e Resistência: Acervo da CPT Pará
- Apresentação do Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro
- Tribunal dos Povos contra o Eco-Genocídio
- Marcha Global pelo Clima
- Painel “Energias Renováveis e Injustiça Climática”
- Mesa “Do presente ao futuro: juventude, mulheres e LGBTQIAPN+ na luta por justiça climática e reparação social” (Tapiri Ecumênico e Inter-Religioso)
- Lançamento do Livro: “Assassinatos e Impunidade no Campo no Pará”
- Lançamento do Documentário “Antonina: Negra de Sangue Revoltoso”

Com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

- Oficina e Debate sobre a Cartografia das águas mortas do Oeste da Bahia
- Roda de Conversa “Eco-Genocídio em pauta: No rastro do fogo e da seca no Cerrado, Amazônia e Pantanal”

Com a Articulação Agro É Fogo

- Lançamento do Manual de Prevenção e Combate a Incêndios elaborado pelas brigadas comunitárias de combate aos incêndios do Cerrado
- Mesa “COP 30 na Amazônia”
- Mesa “Alimentando a vida: povos tradicionais lutando pela soberania climática e segurança alimentar”

TRABALHO ESCRAVO

FORMAÇÃO

Campanha debate III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo

O encontro foi marcado por momentos de reflexão, mística, estudo e partilha de práticas de enfrentamento a essa grave violação de direitos humanos

Evandro Rodrigues
Coord. do regional Araguaia-TO
Heloísa Sousa
Comunicação CPT Nacional

Entre os dias 15 e 17 de outubro, agentes pastorais de diversas regiões se reuniram em Araguaína (TO) para partilhar experiências e aprofundar o compromisso da CPT com a erradicação do trabalho escravo contemporâneo. O primeiro dia de atividade foi dedicado à apresentação de três experiências de diferentes frentes de combate ao trabalho escravo, revelando resultados como o fortalecimento das redes locais de proteção, políticas públicas implementadas e vidas transformadas a partir da organização popular.

A primeira experiência foi o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo de Barras (PI), iniciativa de articulação política e institucional. Ailton Carvalho, da coordenação da CPT PI, destaca que o plano foi elaborado e desenvolvido junto às comunidades, considerando cada realidade e

necessidades específicas, propõendo ações em quatro eixos: ações gerais, prevenção, fiscalização e políticas públicas.

A segunda foi a ocupação Terra Roxa, em São Félix do Xingu (PA), que mostra a força das comunidades organizadas na defesa do território e na construção de alternativas de trabalho digno. “O projeto é uma parceria da CPT com a MPT e a OIT, pensado para fortalecer a comunidade para que ela possa produzir o alimento da família e ter um excedente para a comercialização, gerando renda. Assim, a família não precisa trabalhar em fazendas vizinhas”, conta Gilberto Santos, agente da CPT Alto Xingu (PA). Algumas estratégias incluem o apoio à associação comunitária, capacitações sobre cooperativismo e direitos e facilitação do acesso aos órgãos públicos.

A terceira foi o acompanhamento de trabalhadores resgatados no Tocantins, demonstrando o papel da CPT no pós-resgate, garantindo apoio material, psicológico e social



Atividade foi marcada por esperança e compromisso de continuar o trabalho nas comunidades

para reconstrução da vida dos trabalhadores. Para Ludimila Carvalho, da coordenação do regional AR/TO, a ação evidencia a importância da articulação interinstitucional historicamente construída por meio da Campanha. No entanto, o caso também expõe a falta de estrutura dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) nas bases. “Essa fragilidade dificultou um atendimento integral e adequado às demandas complexas dos trabalhadores resgatados, levando à inversão do próprio fluxo de atendimento às vítimas, onde a CPT assumiu integralmente um papel que deveria ser desempenhado pelo poder público”, explica.

À tarde, os participantes mergulharam nas “notícias do

combate ao trabalho escravo”, retomando casos recentes e emblemáticos como o de Sônia Maria de Jesus, a visita do relator da ONU para assuntos de escravidão contemporânea, a portaria que atualiza a “lista suja” e o caso da Volkswagen. Os grupos analisaram cada situação e refletiram sobre como esses acontecimentos revelam os desafios e retrocessos enfrentados pela política nacional de enfrentamento à escravidão.

III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (III PNTE)

Nos dias seguintes, o foco foi no III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. A proposta foi compreender o conteúdo e o alcance do plano, relacionando-o às ações desen-

volvidas pela CPT nos territórios.

A metodologia incluiu trabalhos em grupo, leitura compartilhada do mapa estratégico do plano e dinâmicas de correlação entre diretrizes e a ação da Pastoral. Cada regional destacou um eixo em que já atua com força e outro que representa ponto de atenção, permitindo identificar avanços, lacunas e possibilidades de incidência.

O evento reafirmou a missão da CPT de estar ao lado das trabalhadoras e trabalhadores, denunciando as estruturas que perpetuam a escravidão contemporânea e anunciando caminhos de liberação. Como inspirou Papa Francisco: “Nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem dignidade.”

MOVIMENTOS

ROMARIAS

Comunidades seguem em marcha por justiça climática

Carlos Henrique Silva

comunicacao@cptnacional.org.br
Com informações da CPT Regional NE 2 e blogs locais
Edição: Everton Antunes
everton@cptnacional.org.br

Entre os meses de setembro e dezembro, cerca de 11 Romarias da Terra e das Águas movimentaram comunidades no interior dos estados do Ceará, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba e Alagoas. Segundo a sequência do primeiro semestre, as romarias abordaram o contexto da Campanha da Fraternidade 2025, com o tema “Fraternidade e Ecologia Integral”, e buscaram despertar o público para a crise climática.

Romaria Jubilar no Ceará - No dia 6 de setembro, aconteceu no município de Independência, Diocese de Crateús/CE, a Romaria Jubilar dos Povos da Terra e das Águas, celebrando os 50 anos da CPT, com o lema: “Terra livre, água livre, o sertão florescerá”. O evento também contou com dez tendas temáticas que ajudaram na reflexão, no cultivo da espiritualidade e no cuidado da criação e encerrou com celebração eucarística, reafirmando o compromisso com a justiça, igualdade e vida digna para todas as pessoas.

São Félix do Araguaia/MT

Com o tema “Povos das águas e do Cerrado: Guardiões da Criação, Defensores da Vida - Com Pedro, profeta da esperança, às margens do Araguaia”, foi realizada a 1ª Romaria das Águas e do Cerrado, na Prelazia de São Félix do Araguaia, nos dias 06 e 07 de setembro. Houve uma caminhada pela cidade e às margens do Rio Araguaia, onde está plantado Dom Pedro Calzadilla, um dos fundadores da CPT e do Cimi, que fez sua Páscoa há cinco anos.

7ª Semana e Romaria do Cerrado/BA - Após uma pausa de cinco anos, provocada pela pandemia, foi realizada em Serra Dourada/BA, entre os dias 08 e 12 de setembro, a 7ª Semana e Romaria do Cerrado, trazendo o tema: “Para onde vamos diante da crise da água e do clima?” e o lema: “Cerrado: jardim de Deus, berço das águas”.

As atividades incluíram visitas missionárias em várias comunidades tradicionais e escolas da sede do município, e finalizaram com uma caminhada pelas ruas da cidade e a missa na Paróquia São Gonçalo do Amarante.

Pedro Canário/ES - Os 50 anos da CPT também foram lembrados na 20ª Roma-



36ª Romaria da Terra e das Águas de Alagoas chamou atenção para a crise climática e os crimes ambientais

ria da Terra, das Águas e dos Mártires, realizada em 13 de setembro no distrito de Floresta do Sul. A romaria homenageou Valdício Barbosa dos Santos, conhecido como Léo, líder sindical assassinado em 1989 por defender trabalhadores rurais, cujo nome ecoou nos cânticos e faixas.

Maceió/AL - Centenas de pessoas participaram da 36ª Romaria da Terra e das Águas, no dia 05 de outubro, na área afetada pelo maior crime socioambiental em solo urbano do mundo, na capital de Alagoas. A caminhada percorreu os bairros do Pinheiro, Bebedouro e Flexal, afundados pela mineração de sal-ge-

O clamor por justiça diante dos crimes ambientais também foi pauta destas manifestações, conduzidas por populações atingidas por empresas nacionais e internacionais, a exemplo da petroquímica Braskem e da mineradora Vale

na acolheu a 8ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, realizada dia 09 de novembro, no marco dos dez anos do crime ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos das mineradoras Vale, Samarco e BHP Billiton se rompeu e despejou, na natureza, cerca de 40 milhões de metros cúbicos de minérios, tirando a vida de 20 pessoas.

Mais de seis mil romeiros caminharam pelas ruas com cartazes, bandeiras, instrumentos musicais, cânticos e um grito forte contra a destruição trazida pela ganância do capitalismo contra a vida humana e a natureza.

MULHERES

PASTORALIDADE E GÊNERO

Mulheres agentes da CPT reafirmam a luta por corpos-territórios livres

V Encontro Nacional do Coletivo de Mulheres da CPT reflete sobre o fazer pastoral e gênero, das violências às resistências.

Heloisa Sousa e Júlia Barbosa
heloisa@cptnacional.org.br julia@cptnacional.org.br

Reunidas para o quinto encontro do coletivo, com o tema “Pastoralidade e Gênero: Rompendo Cercas e Tecendo Teias”, agentes da CPT de todas as regiões do Brasil partilharam experiências e desafios nos regionais e nas bases, promovendo um espaço de reflexão e construção de uma pastoralidade que dê as mãos às mulheres contra as diversas violências de gênero que interseccionam as lutas por terra e territórios livres.

O Encontro foi repleto de reflexões e debates fundamentais às lutas e atuações das mulheres agentes, dos territórios e das comunidades campesinas. As discussões foram também fortalecidas pelas místicas, pela força das encantadas, das mártires e de inúmeras mulheres que enfrentam e inspiram a insubmissão ao patriarcado e às violências machistas e misóginas.

Nos três dias de atividade, as mulheres desenvolveram dinâmicas sobre as dificuldades e os avanços dos regionais de onde vieram, trazendo não apenas as

vivências territoriais e sociais dos grupos de mulheres acompanhadas em cada região, mas também suas trajetórias pessoais de enfrentamento ao machismo.

O desejo e a potência de mudança ecoaram em cada mulher presente. A canção Todo Cambia, de Mercedes Sosa, foi a melodia do esperançar que acolheu e motivou as mulheres durante o Encontro, que, confiantes em sua força transformadora de mundo, entoaram que tudo muda e tudo é passível de mudanças, desde as mais superficiais, até as mais profundas, tanto nas sociedades, quanto nas estruturas que perpetuam as violências patriarcais as quais as mulheres resistem e enfrentam histórica e cotidianamente.

“É preciso que a gente se une cada dia mais na nossa luta”

A falta de articulação interna das mulheres em cada regional foi levantada em diversos grupos, o que muitas vezes resulta no acúmulo de funções sobre as agentes, na desvalorização de suas contribuições e na minimização de suas pautas. Para superar essa realidade, alguns horizontes foram traçados rumo à formação de



Júlia Barbosa

“Cambia lo superficial, cambia también lo profundo, cambia el modo de pensar, cambia todo en este mundo. Cambia, todo cambia!” - Canção de Mercedes Sosa.

grupos de mulheres fortalecidos e efetivos. Atividades formativas com as e os agentes, em pautas como gênero, feminismos, interseccionalidade e raça, serão essenciais nesse processo, bem como a construção de redes de enfrentamento à violência e atenção à saúde mental.

Mesmo com as dificuldades, os regionais se articulam junto às comunidades e outras organizações para o fortalecimento e consolidação de grupos de mulheres nos territórios, compreendendo suas especificidades, valorizando seus modos de vida e ecossistemas diversos. O Coletivo de Mulheres da CPT busca fortalecer a ação das mulheres na Pastoral, bem como contribuir para o enfrentamento ao machismo e à misoginia. Dessa forma, fortalecer também as mulheres campesinas e originárias, garantindo espaços de intercâmbio de experiências e saberes, escuta e acolhi-

mento, ampliando a compreensão coletiva e popular sobre gênero, das violências às resistências.

Pastoralidade e Gênero

O Encontro foi assessorado pela agente da CPT e pastora metodista Nancy Cardoso e pela secretária da Rede Igrejas e Mídia e leiga franciscana Moema Miranda. Em suas contribuições, Nancy apontou as contradições das estruturas que sustentam o apagamento das mulheres, como o patriarcado, o capitalismo, o racismo, as leis e o fundamentalismo religioso. A pastora resgatou a importância de se voltar para a essência da Palavra, da leitura, do estudo e da reflexão sobre o texto bíblico, livre das lentes machistas e misóginas que o interpretam.

Moema relembrou o esperançar inabalável das mulheres de bíblia: “Quando Jesus foi crucificado e derrotado pela ação do império, o império dizia ‘ma-

tamos.’, e as mulheres diziam ‘Ele está entre nós!’. A assessora refletiu sobre a estrutura colonial da Igreja que trouxe o cristianismo até aqui e como a pastoralidade abriu essa janela do cuidado com a comunidade, a verdadeira prática de Jesus. Hoje, volta a ser possível um Estado que defende um capital contra quem luta por direitos, expõe Miranda, que provocou entre as agentes: “Que modelo de pastoral precisamos nesse contexto, em que estamos efetivamente caindo no abismo?”.

“As forças e resistências são muitas e são diversas. Nós, mulheres, fazemos uma ressignificação da resistência e da luta para dar sentido à vida”, expressou Silmara Morais, agente da CPT Maranhão e antropóloga. O Encontro reafirmou que mulheres organizadas fazem revolução e que a luta pela terra e por corpos-territórios livres tem cara e voz de mulher.

NUESTRA AMÉRICA

COP das Juventudes denuncia devastação da Amazônia

Entre os dias três e cinco de outubro de 2025, a cidade de Guajará-Mirim (RO) recebeu a COP das Juventudes de Fronteiras, um encontro histórico que reuniu mais de 140 jovens indígenas, extrativistas, agricultores familiares, pescadores, povos de terreiro e campesinos do Brasil e da Bolívia.

Organizado com o apoio do Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira (COMVIDA Binacional), Instituto Madeira Vivo, Organización Comunal de la Mujer Amazónica (OCMA), Comissão Pastoral da Terra de Rondônia (CPT-RO), Cáritas Brasileira – Articulação Noroeste e o Coletivo de Jovens dos Povos e Comunidades Tradicionais de Rondônia, o evento consolidou um espaço de intercâmbio, vivências e partilhas ao dar voz



Novi Xijen

O encontro reuniu mais de 140 jovens do Brasil e Bolívia

à juventude na defesa da Casa Comum e construir estratégias concretas de resistência frente às emergências climáticas.

O encontro também resultou na Carta Pública das Juventudes de Fronteiras, um manifesto contundente que denuncia os impactos do modelo agro-mineiro-hidroexportador, responsável

por devistar florestas, poluir rios e comprometer o futuro das comunidades. “Vamos continuar a reflorestar mentes e corações para o presente e o futuro”, atestam, por meio da carta, os jovens camponeses.

Fonte: Larissa Rodrigues (CPT-RO), com informações da organização do evento

ONU condena ataques dos EUA no Caribe e Pacífico

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, afirmou, no dia 31 de outubro, que os ataques aéreos realizados pelos Estados Unidos da América contra embarcações no Caribe e no Pacífico – associadas ao tráfico de drogas pelo país norte-americano – violam o direito internacional dos direitos humanos.

A operação militar dos Estados Unidos integra a estratégia implementada pelo governo do

presidente Donald Trump, que determinou o envio de tropas para áreas próximas à América do Sul. Segundo Washington, a iniciativa tem como finalidade intensificar o combate ao chamado narcoterrorismo.

“Mais de 60 pessoas teriam sido mortas em uma série contínua de ataques realizados pelas forças armadas dos EUA contra embarcações no Caribe e no Pacífico desde o início de setembro, em circunstâncias que não encontram justificativa no di-

reito internacional”, declarou o Alto Comissário.

Türk pediu investigações rápidas, independentes e transparentes sobre esses ataques. Embora reconheça os desafios envolvidos no combate ao tráfico de drogas, o Alto Comissário instou o governo dos Estados Unidos a cumprir o direito internacional, incluindo os tratados antidrogas aplicáveis dos quais o país também é signatário.

Fonte: Brasil 247

9ª Jornada Mundial dos Pobres convida fiéis a ações de combate à pobreza

A 9ª Jornada Mundial dos Pobres, ocorrida entre 09 e 16 de novembro, significou um convite à transformação da fé em ação e à redescoberta do valor da fraternidade. Inspiradas pelo tema deste ano – “Tu és a minha esperança” (cf. Sl 71,5) -, diversas comunidades, pastorais e grupos puderam colocar em prática gestos simples e concretos que expressam o amor ao próximo e a promoção da dignidade humana.

Entre as propostas estavam as visitas a locais com pessoas em situação de vulnerabilidade, a exemplo de abrigos, ocupações urbanas ou rurais e presídios. Além disso, foi ressaltada a importância de promover ações de incidência política, identificando violações de direitos e encaminhando

denúncias ou propostas por meio de audiências públicas e mobilizações sociais.

A Jornada também foi oportunidade para realizar momentos de oração comunitária, respeitando as diferentes crenças, e celebrações eucarísticas dedicadas ao Dia Mundial dos Pobres, no dia 16 de novembro, com gestos e símbolos que deram centralidade aos mais vulneráveis.

Outras duas ações recomendadas foram as refeições comunitárias, inspiradas no gesto do Papa Francisco de participar de refeições com pessoas em situação de rua, e a articulação de parcerias com a mídia local, a fim de divulgar as iniciativas da Jornada e fortalecer a cultura da solidariedade.

Fonte: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil



Cláudia Pereira

A iniciativa ocorreu entre os dias 09 e 16 de novembro

PÁGINA BÍBLICA

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA

Dilexi Te (“Eu te amei”): Sobre o amor para com os pobres

Nesta edição, compartilhamos trechos da primeira exortação apostólica do Papa Leão XIV, que aprofunda a dimensão do amor cristão manifesto na compaixão e proximidade com os pobres, ao mesmo tempo que identifica e combate as causas estruturais da desigualdade

3. O Papa Francisco, nos últimos meses da sua vida, estava a preparar uma Exortação Apostólica sobre o cuidado da Igreja pelos pobres e com os pobres, intitulada Dilexi te, imaginando Cristo a dirigir-se a cada um deles dizendo: Tens pouca força, pouco poder, mas “Eu te amei” (Ap 3, 9). Ao receber como herança este projeto, sinto-me feliz ao assumi-lo como meu – acrescentando algumas reflexões – e ao apresentá-lo no início do meu pontificado, partilhando o desejo do meu amo do Predecessor de que todos os cristãos possam perceber a forte ligação existente entre o amor de Cristo e o seu chamamento a tornarmo-nos próximos dos pobres. Na verdade, também eu considero necessário insistir neste caminho de santificação, porque no “apelo a reconhecer-ló nos pobres e atribuídos, revela-se o próprio coração de Cristo, os seus sentimentos e as suas opções mais profundas, com os quais se procura configurar todo o santo”.

O clamor dos pobres

8. A propósito, na Sagrada Escritura há um texto que deve

ser tomado sempre como ponto de partida. Trata-se da revelação de Deus a Moisés junto à sarça ardente: “Eu bem vi a opressão do meu povo que está no Egito, e ouvi o seu clamor diante dos seus inspetores; conheço, na verdade, os seus sofrimentos. Desci a fim de o libertar [...] E agora, vai; Eu te envio” (Ex 3, 7-8.10). Deus mostra-se solícito para com as necessidades dos pobres: “Clamaram, então, ao Senhor, e o Senhor enviou-lhes um salvador” (Jz 3, 15). Portanto, ao ouvir o clamor do pobre, somos chamados a identificarnos com o coração de Deus, que está atento às necessidades dos seus filhos, especialmente dos mais necessitados.

12. Não devemos baixar a guarda diante da pobreza. Preocupam-nos, de modo particular, as graves condições em que vivem muitíssimas pessoas, devido à escassez de alimentos e água potável. Todos os dias morrem milhares de pessoas por causas relacionadas com a desnutrição. Recordemos que “duplamente pobres são as mulheres que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência, porque frequentemente

têm menores possibilidades de defender os seus direitos. E, todavia, também entre elas, encontramos continuamente os mais admiráveis gestos de heroísmo quotidiano na defesa e cuidado da fragilidade das suas famílias”. Embora em alguns países se observem mudanças importantes, “a organização das sociedades em todo o mundo ainda está longe de refletir com clareza que as mulheres têm exatamente a mesma dignidade e idênticos direitos que os homens. As palavras dizem uma coisa, mas as decisões e a realidade gritam outra”, especialmente se pensarmos nas mulheres mais pobres.

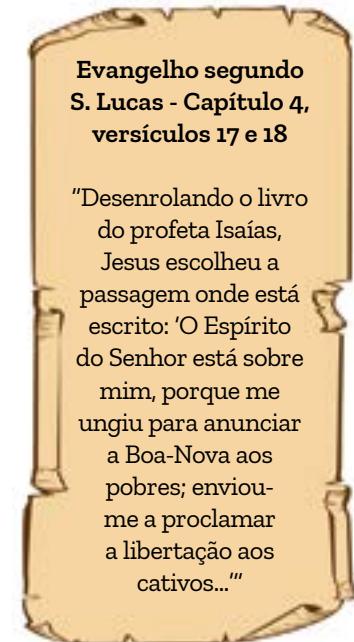
A opção pelos pobres

17. (...) No Antigo Testamento, Deus é apresentado como amigo e libertador dos pobres. Aquele que escuta o grito do pobre e intervém para o libertar (cf. Sl 34, 7). Deus, refúgio do pobre, por meio dos profetas – recordemos de modo particular Amós e Isaías – denuncia as iniquidades contra os mais fracos e exorta Israel a renovar o culto a partir de dentro, porque não se pode rezar nem

oferecer sacrifícios, quando ao mesmo tempo se oprimem os mais fracos e pobres. Desde o seu início, a Sagrada Escritura manifesta com grande intensidade o amor de Deus através da proteção dos mais fracos e dos menos favorecidos. (...)

Jesus, o Messias pobre

19. Com efeito, o Evangelho mostra que esta pobreza abrangia todos os aspectos da sua vida. (...) O evangelista Lucas, narrando a chegada a Belém de José e Maria, já próxima do momento do parto, observa com pena “não haver lugar para eles na hospedaria” (Lc 2, 7). Jesus nasceu em condições humildes: logo após o nascimento, foi recostado numa manjedoura, e, pouco tempo depois, os seus pais fugiram para o Egito para o salvar da morte (cf. Mt 2, 13-15). No início da sua vida pública, foi expulso de Nazaré depois de ter anunciado na sinagoga que se cumpria n’Ele o ano da graça no qual os pobres se rejubilam (cf. Lc 4, 14-30). Não houve um lugar acolhedor nem sequer no momento de sua morte: a fim de ser crucificado, levaram-no para fora de Jeru-



Evangelho segundo
S. Lucas - Capítulo 4,
versículos 17 e 18

“Desenrolando o livro do profeta Isaías, Jesus escolheu a passagem onde está escrito: ‘O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me ungiu para anunciar a Boa-Nova aos pobres; enviou-me a proclamar a libertação aos cativos...’”

salém (cf. Mc 15, 22). É nesta condição que se pode resumir claramente a pobreza de Jesus. Trata-se da mesma exclusão que caracteriza a definição dos pobres: eles são os excluídos da sociedade. (...) Ele apresenta-se ao mundo não só como Messias pobre, mas também como Messias dos pobres e para os pobres.

Estruturas de pecado que criam pobreza e desigualdades extremas

92. É necessário, portanto, continuar a denunciar a “ditadura de uma economia que mata” e reconhecer que “enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso, negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum.

EXPERIÊNCIAS

COMUNHÃO

Da união das mulheres à Escola dos Ventos, comunidades rompem cercas e tecem teias no Nordeste

Comunidades do RN, PB e de PE se unem na defesa da terra e dos territórios mostrando a força da comunhão e a organização popular

Edição:

Ruben Siqueira (CPT/BA)
Carlos Henrique Silva (Setor de Comunicação da CPT Nacional)
Heloisa Sousa (Setor de Comunicação da CPT Nacional)

Intercâmbio entre grupo de mulheres (RN e PB)

Na década de 90, o sertão potiguar era marcado pela concentração fundiária. Diante disso, famílias camponesas — em sua maioria sem-terra e pequenos agricultores — se organizaram para lutar por seus direitos. Iniciaram ocupações de terras improdutivas, levantando acampamentos.

Mesmo sendo minoria numérica nos acampamentos, as mulheres camponesas tiveram papel essencial nessa fase da luta, enfrentando os preconceitos com determinação. Juntas, elas compartilharam experiências e se reconheceram em lutas comuns – contra o machismo, por terra, agroecologia e dignidade no semiárido.

Com a consolidação dos assentamentos, o número de mulheres aumentou, pois os maridos trouxeram suas famílias para morar nos novos territórios conquistados. No entanto, a participação delas nas atividades comunitárias ainda era limitada. O excesso de tarefas domésticas, o cui-



CPT Nordeste 2

Atualmente, o trabalho junto às mulheres agricultoras envolve 14 grupos de mulheres do RN e 10 grupos da PB.

dado com os quintais e com a família, além da resistência de muitos homens, dificultavam o engajamento feminino.

Foi nesse contexto que a Pastoral passou a incentivar a criação de grupos de mulheres nas comunidades. Por meio de visitas domiciliares, a equipe da CPT mostrou às mulheres a importância da organização coletiva e da troca de experiências.

Rompendo a cerca do isolamento, os grupos começaram a se reunir com mais frequência, discutindo temas como violência doméstica, ausência de políticas públicas para as mulheres e a exclusão das decisões comunitárias.

Para apoiar esse processo, a CPT propôs um plano de estudos com seis encon-

tro formativos, abordando temas como: divisão sexual do trabalho; reforma agrária; agricultura e agroecologia; soberania alimentar; comercialização da produção. Esses encontros fortaleceram a organização e abriram espaço para que elas participassem ativamente das decisões comunitárias e das lutas políticas.

Em 2022, um intercâmbio possibilitou que as mulheres do Oeste do Rio Grande do Norte se juntassem com os grupos de mulheres do Alto Sertão da Paraíba. Essa troca foi um passo importante para fortalecer a união das mulheres do Nordeste. Juntas, elas trocaram saberes e viram que os desafios são parecidos e que unidas são mais fortes.

Atualmente, a ação envolve 14 grupos de mulheres agricultoras do RN e 10 grupos da PB.

A CPT esteve presente desde o início da luta pela terra, apoiando na organização dos acampamentos e, posteriormente, na criação dos assentamentos. Atuou diretamente na educação política, na geração de renda e na promoção da agroecologia.

“Com as formações no grupo de mulheres, aprendemos a nos libertar das opressões e das violências que a gente vivia. Aprendemos que não nascemos só para viver na cozinha, temos o direito de participar da luta por nossos direitos na comunidade e em todos os lugares”. (Samara Rejane dos Santos Alencar,

do Grupo de Mulheres Sementes da Terra – Assentamento Professor Maurício de Oliveira – Assú/RN).

Escola dos Ventos (PE)

Em 2016, as comunidades de Sobradinho, Lagoa da Jurema, Quati, Pau Ferro, Barroca e Pontais, em Caetés (PE), começaram a enfrentar os impactos da instalação de parques eólicos. Cerca de 300 famílias camponesas sofrem as consequências dos empreendimentos.

As mulheres, mais presentes nas comunidades devido à migração masculina para trabalho em outras regiões, são as mais afetadas, sofrendo com a exposição prolongada ao ruído e a sobrecarga de trabalho.

Em 2017, a CPT organizou o primeiro encontro, reunindo 40 participantes de 16 comunidades, onde foram relatados danos severos à saúde, aos seus territórios, ao meio ambiente e aos animais. Desde então, a Pastoral tem acompanhado as comunidades, promovendo encontros de formação, partilha de experiências e articulações com outras organizações sociais, fortalecendo a resistência comunitária.

GALERIA



Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

Dados para Depósito ou Transferência:

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Econômica Federal
Agência 2234
Conta 578974105-0
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741
050C 1 | SWIFT CEFXBRSP
Pix/CNPJ: 02.375.913/0001-18

Envie seu comprovante, endereço para envio do jornal, dúvidas e sugestões para:

E-mail:
sustentabilidade@cptnacional.org.br

WhatsApp:
(62) 99268.6837

CHEGADE
ESCRAVIDAO
.ORG.BR



Comissão Pastoral da Terra

Correios

Impresso
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,
1º andar, Centro, CEP
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea